

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

CICLO DE PALESTRAS

---

# AQUICULTURA E PESCA

---

ALTEMIR GREGOLIN

BRASÍLIA  
2010



CICLO DE PALESTRAS

---

AQUICULTURA E PESCA

---

ALTEMIR GREGOLIN



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS  
MINISTRO SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

Presidência da República  
Secretaria de Assuntos Estratégicos  
Esplanada dos Ministérios, Bl. O – 7º, 8º e 9º andares  
70052-900 Brasília, DF  
Telefone: (61) 3411.4617  
Site: [www.sae.gov.br](http://www.sae.gov.br)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

CICLO DE PALESTRAS

---

# AQUICULTURA E PESCA

---

ALTEMIR GREGOLIN

PALESTRA PROFERIDA EM 8/4/2010



BRASÍLIA, 2010

Degração:

Adrienne Moura

Gabriela Campos

Raul Oliveira

Projeto Gráfico e Diagramação:

Bruno Schürmann

Rafael W. Braga

Revisão:

Sarah Pontes

Luis Antonio Violin

Coordenação:

Walter Sotomayor

## FIGHA CATALOGRÁFICA

---

**C568**

Gregolin, Altemir.

Ciclo de palestras: Pesca e aquicultura/Altemir Gregolin. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE, 2010.

52 p.

1. Políticas Públicas 2. Aquicultura e pesca – Brasil. I Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos. II. Altemir Gregolin

---

**CDD - 350**



CICLO DE  
SAE  
PALESTRAS

- 1963 *Nasce, em 20 de abril, em Coronel Freitas (SC)*
- 1988 *Graduação em Veterinária pela Universidade Federal de Pelotas (RS)*
- 1993 *Especialização em Administração Rural pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)*
- 1994 *Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*
- 1996-2002 *Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)*
- 1997 *Coordenador de Orçamento Participativo da Prefeitura de Chapecó (SC)*
- 1998 *Secretário Chefe de Gabinete da Prefeitura de Chapecó (SC)*
- 2001 *Secretário municipal de Planejamento e Urbanismo de Chapecó (SC)*
- 2002-2003 *Secretário municipal de Administração e Fazenda de Chapecó (SC)*
- 2002-2004 *Professor da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UnoChapecó), em Santa Catarina*
- 2003 *Secretário de Governo da Prefeitura de Chapecó (SC)*
- 2004 *Subsecretário de Desenvolvimento de Aquicultura e Pesca da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca*
- 2005 *Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca*
- 2006 *Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca*
- 2009 *Nomeado Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura em junho, com a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em Ministério*



## PALESTRA DO MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN

A pesca e a aquicultura têm sido uma das prioridades do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A pesca foi, no passado, muito marginal em relação às políticas do Estado brasileiro, mas é entendida atualmente como uma área com potencial de desenvolvimento, tanto do ponto de vista da produção de alimentos quanto da geração de trabalho, emprego e renda. Essa atividade poderá se transformar em um segmento importante para o Brasil, em razão, principalmente, das potencialidades do País.

A importância do setor foi demonstrada com a criação, em 2003, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, dotada de bom orçamento e investimentos gradativos. Os investimentos foram-se ampliando, em especial na estruturação de uma política de Estado e, no ano passado, a Secretaria foi transformada em Ministério; desde então, outras medidas, do ponto de vista institucional, foram sendo implementadas.



Portanto, hoje, seguramente, para o País e para a sociedade brasileira, para o meio político, o setor adquiriu importância muito maior do que tinha alguns anos atrás. Em 2007 foi lançado o Plano Mais Pesca e Aquicultura, que traça metas até 2011.

Há hoje mais de 800 mil pescadores, piscicultores e maricultores no Brasil. São mais de 700 mil pescadores cadastrados e em torno de 150 mil piscicultores e maricultores. Estamos finalizando um censo aquícola que vai nos dar um retrato do que existe do ponto de vista de aquicultura, o que efetivamente o Brasil produz, qual é a renda que temos nesse setor.

Ademais, a produção atual – o último dado que temos é de 2007 – é de 1.070.000 toneladas. Estamos fechando os dados de 2008 e 2009, e acredito que a produção deve fechar 2009 em 1.300.000 toneladas.

O setor gera 3,5 milhões de empregos, aproximadamente, e um PIB de R\$ 5 bilhões. Então, é uma área que já é importante, embora não seja comparável com outros segmentos produtivos, como o de carne bovina, suína e de frangos. Em termos gerais, a aquicultura corresponde a cerca de 5% da produção de carnes no Brasil. Então, é uma área importante socialmente, e passa a ter importância cada vez maior na economia do nosso País.

Nossa visão de longo prazo, em primeiro lugar, é ter uma estratégia de desenvolvimento econômico e social nessa

área, ou seja, pensar esses dois aspectos. Primeiramente, porque a pesca artesanal tem cerca de três milhões de pessoas envolvidas diretamente, que dependem da atividade. Para essas famílias, é uma questão de segurança alimentar, especialmente no Nordeste e no Norte, onde há o maior contingente. Quer dizer, a sobrevivência da família está diretamente ligada à atividade pesqueira. Essa é um fator de segurança alimentar para os nossos pescadores, e é importante destacar que 60% da captura na área da pesca é feita pelos pescadores artesanais, e não pelas grandes embarcações pesqueiras. Não é a pesca industrial a maior responsável pela captura, mas, sim, a pesca artesanal, da qual 60% da pesca é oriunda.

Nosso Ministério tem uma visão de desenvolvimento econômico e geração de renda em relação à pesca artesanal. Não podemos olhar para o pescador artesanal como um coitadinho que precisa de cesta básica para sobreviver; é um agente econômico, que tem condições de melhorar a sua renda com o seu trabalho por meio de políticas de crédito; de assistência técnica do associativismo; do cooperativismo; e da dotação desse setor com infraestrutura, fábricas de gelo e unidades de beneficiamento para agregar valor ao pescado.

Precisamos superar a ideia de que os pescadores são milhões de pobres desqualificados, sem futuro e que, portanto, não vale a pena investir neles. Temos trabalhado com uma visão diferente e há dados concretos que sustentam que isso é perfeitamente possível. Regiões

que nos últimos anos se estruturaram e melhoraram sua renda estão dando o exemplo de que essa abordagem é correta.

Em relação à pesca oceânica, temos um potencial de crescimento, na nossa zona econômica exclusiva e também em águas internacionais. Nunca conseguimos explorar esse setor adequadamente, até porque o Brasil nunca teve uma frota pesqueira, uma frota de embarcações nacionais com condições de explorar todo seu potencial. Nos últimos dez anos, adotamos uma política de arrendamento de embarcações estrangeiras para poder aumentar a captura nessa área.

Estamos apostando na ampliação da nossa frota e acreditamos ter as condições de ampliar a captura em águas da nossa zona econômica exclusiva e também em águas internacionais. E temos hoje em torno de sessenta embarcações que já pescam em águas internacionais. São empresas muito eficientes, aliás, que já estão pescando fora da nossa zona econômica exclusiva, e isso é positivo.

Nosso potencial está principalmente na pesca de atuns. Já ampliamos as nossas cotas e estamos ampliando a captura nessa área, com muito trabalho, porque se trata de um pescado nobre para o qual há cotas internacionais a cumprir. Outras espécies, como a anchoita, na região Sudeste e Sul, têm potencial. O setor privado nunca se interessou porque, em tese, não é um produto de muito valor, mas o Peru, por exemplo, captura sete milhões de

toneladas de anchoita por ano. Faz muita farinha, mas já começa a processar e ter um produto de melhor qualidade. O Brasil está começando a explorar esse recurso e temos um potencial de captura de, pelo menos, 100 mil toneladas por ano. Há também outros recursos na região amazônica que ainda têm potencial de crescimento.

O grande potencial, porém, está na aquicultura. Costumo dizer que temos um novo território no Brasil, ainda a explorar, que não é solo, que não é terra, são as nossas águas. Temos muito espaço para produzir peixes de qualidade, produzir pescado. Embora o Brasil tenha uma grande extensão de terras, sempre se discutem a sua ocupação e os seus limites, e há uma imensidão de águas que podemos explorar. Ou seja, a aquicultura é uma atividade que ocupa pouco espaço e há muito espaço disponível para produzir – as nossas águas.

Outro aspecto importante é o fato de que o peixe é a espécie animal que tem a melhor conversão alimentar. Se comparado com o frango, que é de 1,8 a 2 quilos de alimento para um quilo de carne; ou suíno, que é em torno de 2,5 quilos para um quilo de carne; ou o bovino, de sete a oito quilos para um quilo de carne; tem-se o peixe, que, dependendo da espécie, como a tilápia, utiliza entre 1,1 e 1,3 quilo para um quilo de carne; o pintado, 2 quilos. Portanto, a conversão alimentar é muito boa e tem forte potencial de geração de emprego e renda.

O Brasil pode-se transformar em um grande produtor mundial de pescados, especialmente por meio da aquicultura. Hoje, produzimos um milhão de toneladas e temos condições de produzir pelo menos 20 milhões de toneladas de pescado. Esse dado é da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), não é nosso. O nosso potencial é maior que isso. Nós temos 8.500 quilômetros de costa marítima, 13% da água doce do mundo, 10 milhões de hectares de lâminas d'água no interior do Brasil, incluindo reservatórios de hidroelétricas e águas em propriedades privadas. Ou seja, uma riqueza de recursos hídricos, como dizem na Marinha: “a nossa Amazônia azul”, fazendo uma referência à dimensão de águas que o Brasil tem.

Segundo estudo realizado pela FAO, há dois anos, com a produção de 20 milhões de toneladas, nós teríamos um impacto de 40 bilhões de dólares no setor primário e 160 bilhões de dólares em toda a cadeia produtiva, ou seja, é um impacto econômico bastante significativo e um potencial de gerar 10 milhões de empregos a partir dessa atividade. E produzir 20 milhões, ao contrário do que possa parecer, já que produzimos um milhão, é totalmente possível. Se considerarmos os seis maiores reservatórios – Itaipu; Castanhão, no Ceará; Furnas e Três Marias, em Minas Gerais; Ilha Solteira, em São Paulo; e Tucuruí, no Pará – somente esses reservatórios, utilizando o limite de 1% da lâmina d'água, são suficientes para produzir 500 mil toneladas de pescado. E nós temos mais de 200 reservatórios de hidroelétricas no Brasil.

Outro ponto favorável é que resolvemos o marco legal de cessão dessas águas, que são águas da União. Tal fato traz segurança jurídica, porque ninguém vai investir em uma área que não tem segurança, e resolvemos isso há um ano e meio. O Chile resolveu esse problema em 1991, quando produzia 34 mil toneladas de salmão. Em 2008, passou a produzir 800 mil toneladas de salmão. Ou seja, ofereceu segurança jurídica, ordenou a atividade, atraiu capital – e lá há muito capital estrangeiro, especialmente da Noruega – e tudo isso funcionou. Atualmente, o Chile e a Noruega são os maiores produtores de salmão do mundo.

Então, o potencial que temos nessas águas é algo impressionante. Às vezes, não temos condições de dimensionar. O Ministério da Pesca já estudou vários reservatórios, demarcou as áreas apropriadas e colocou essas águas em formas de lotes, à disposição para a produção.

Um exemplo é o açude de Castanhão, no Ceará. Entregamos títulos de cessão para 640 famílias no semiárido nordestino, que praticamente não têm alternativa de renda. Somente aquele reservatório vai produzir 30 mil toneladas de tilápia por ano. A tilápia no Nordeste dá três safras por ano, graças à temperatura elevada – no Sul só dá uma. E o potencial é de uma renda de até três salários mínimos por família que produz esse peixe.

O Brasil tem grande potencial, recursos hídricos e espécies nativas de primeira qualidade. A tilápia é uma

espécie exótica, mas temos o pintado, na região Centro-Oeste, cuja produção é surpreendentemente elevada. Há, na Amazônia, o pirarucu, que chega a dez quilos em um ano, é chamado o bezerro das águas – há vários países que estão desenvolvendo tecnologias, como a França e o Japão, para produzir o pirarucu.

Hoje, o nosso limite é a reprodução em cativeiro. O pirarucu é de uma espécie com características pré-históricas, a ciência ainda não domina a fisiologia dessa espécie, nem seu processo de reprodução. O que pretendemos com essa e outras espécies é a reprodução por indução hormonal, o que passa a ter escala na desova e produção de alevinos. Ainda não conseguimos com o pirarucu, que chega a 12 quilos com apenas 1 ano.

Estivemos na Noruega, no ano passado, quando apresentamos o vídeo de um caboclo da Amazônia com um animal daqueles, de quase dois metros, nas costas. O público ficou impressionado. E pergunta-se: existe mercado? Vale a pena apostar nessa cadeia produtiva? Primeiramente um dado importante: o consumo, em nível mundial, é crescente, vem de forma ascendente há mais de 15 anos. A tendência é a redução do consumo de carnes vermelhas e o aumento do consumo de carnes brancas. Existe hoje a preocupação com a vida mais saudável, e o pescado é a carne de melhor qualidade do ponto de vista de digestão, é uma carne leve, rica em proteínas, contém ômega 3, tem uma série de qualidades nutritivas que outras carnes não têm.



No ano passado, o consumo médio, em nível mundial, foi de 16,7 quilos por habitante/ano. A projeção da FAO para 2030 é de 22,5 quilos por habitante/ano. Segundo a FAO, teremos necessidade de aumentar a oferta de pescado mundialmente em pelo menos 100 milhões de toneladas para daqui a vinte anos. Haverá maior demanda no mercado internacional.

No que se refere ao mercado interno, temos o privilégio de ter quase 200 milhões de habitantes. O consumo de pescado no Brasil ainda é baixo, em torno de sete quilos por habitante/ano, até porque nós temos outras opções, carne de frango, suíno, bovino etc. Mas o consumo de peixe vem aumentando nos últimos anos por algumas razões. Uma é o trabalho de promoção. Temos, todo ano, a Semana do Peixe, que já virou Quinzena do Peixe; essa iniciativa promove a discussão em torno de uma alimentação mais saudável. Há influência, ainda, do aumento da renda do brasileiro e do aumento do emprego no Brasil. São fatores que têm impulsionado o consumo.

Tivemos, nos últimos três anos, um aumento médio de 15% ao ano nas vendas dos supermercados brasileiros. Em 2003, a maioria não tinha nem loja de pescado. Hoje, grande parte tem lojas bem estruturadas, e muitas redes usam as lojas de pescados como um critério de fidelização do cliente, porque têm a preocupação de oferecer pescado de qualidade. Se o mercado garante qualidade, o cliente vai lá comprar peixe. No ano passado, foi regis-

trado aumento de 25% das vendas de peixes nos supermercados brasileiros.

O Brasil importa pescado, ou seja, hoje não atendemos à demanda interna. Em 2007, o consumo de pescado importado foi de 12%, registrando 15% em 2008 e, no ano passado, chegou a 20%. É claro que alguns desses produtos não podem ser substituídos, como o bacalhau e o salmão, que são os dois principais produtos. Mas temos hoje, por exemplo, o pirarucu. A manta do pirarucu substitui o bacalhau do ponto de vista do sabor.

Então, temos um grande potencial no mercado interno e externo. Quem está atendendo à demanda do pescado mundial hoje não é a pesca, é a aquicultura, porque a pesca tem limites de estoques, está estagnada em torno de 90 milhões de toneladas há quinze anos. Quem tem atendido à crescente demanda tem sido exatamente a aquicultura, que passou de 20 milhões de toneladas de produção na década de 70 para quase 60 milhões de toneladas no ano passado.

O setor não se desenvolve espontaneamente. São necessárias políticas públicas e uma visão de desenvolvimento sustentável no longo prazo. Então, primeiramente, precisamos consolidar a política de Estado para esse setor, e estamos trabalhando nisso.

Nos últimos 50 anos, as regras e as instituições para o setor se caracterizaram pela descontinuidade. Houve a Sudepe

(Superintendência de Desenvolvimento da Pesca), vinculada ao Ministério da Agricultura, que foi extinta em 1989. Todas as suas atribuições foram para o Ibama, que, evidentemente, tem uma preocupação maior de preservação do que de fomento. Em 1997, parte das atribuições foram para o Ministério da Agricultura, quando se criou o Departamento de Produção Animal, o DPA.

Em 2003, criou-se a Secretaria da Pesca, que manteve mais ou menos essa distribuição de competências, e agora o Ministério possibilitou uma melhor organização das atribuições sob o comando do Ministério da Pesca e Aquicultura. Então, hoje há uma unidade, uma junção de competências, embora algumas áreas sejam compartilhadas com o Ministério do Meio Ambiente, especialmente a questão do ordenamento pesqueiro.

A intenção, portanto, é acabar com essa descontinuidade, porque ela não oferece segurança para o mercado e para que a iniciativa privada possa investir e apostar no setor. Se nem o governo apostar, o mercado não teria motivos para fazê-lo.

Quando elaboramos o Plano Mais Pesca e Aquicultura, mostramos ao presidente Lula que há potencial, há mercado, mas que é preciso estruturar o setor do ponto de vista institucional. Era necessário criar o Ministério da Pesca e da Aquicultura, resolver o problema das competências, ter quadro próprio de pessoal concursado e ter um orçamento mais robusto. Essa foi a primeira medida

importante para não correr o risco de, a cada governo, mudar tudo.

Com relação aos recursos, em 2002, o orçamento para esse setor era de 11 milhões de reais. Subiu para 80, para 100, para 270, no ano passado foi de 460 e, este ano, 803 milhões de reais de orçamento. Aqui não estão incluídas as políticas de crédito, que são em torno de um R\$ 1 bilhão em várias linhas à disposição, e também não estão os recursos do seguro-defeso do pescador, que é pago pelo Ministério do Trabalho, e são cerca de 700 milhões por ano só nessa área, enquanto em 2003 era 60 milhões. O número de beneficiários aumentou mais de dez vezes. Hoje são 400 mil pescadores beneficiários do seguro-defeso. Por tudo isso, há a necessidade de ter uma instituição forte.

Ter uma empresa que faça pesquisa nessa área também é uma medida importante. Daí a proposta de criação da Embrapa Aquicultura e Pesca. Hoje temos muitas instituições que fazem pesquisa, mas não têm foco, não têm uma política nacional clara, com prioridades. Tal instituição, que foi criada oficialmente em agosto do ano passado pelo Conselho Superior da Embrapa, já tem direção e sede em Tocantins, e realizou concurso público em janeiro para a contratação de pesquisadores.

Então, a Embrapa, com sua sede em Tocantins e suas unidades regionais, fará pesquisa, terá um plano e irá coordenar o sistema nacional que envolverá não só as

unidades da Instituição, mas também as universidades e outras instituições que fazem pesquisas. Tal medida é estratégica, e o peixe tem uma vantagem: como o ciclo é curto, a cada geração, segundo a Embrapa, ganha-se de 10% a 15% de produtividade. Ao se investir em pesquisa e tecnologia, rapidamente se ganha produtividade nas espécies prioritárias.

Terceira medida importante foi a aprovação da Lei da Pesca em 2009. A lei anterior era de 1967 e estava totalmente desatualizada. A nova lei criou instrumentos de apoio, equiparou pescador e piscicultor ao produtor rural do ponto de vista de acesso ao crédito e uma série de outros benefícios, além de introduzir a preocupação com a sustentabilidade.

A quarta questão foi a criação de um marco legal para a concessão de águas da União. Ele não existia, e todos que produzem, embora tenham a outorga da Agência Nacional de Águas (ANA), não estão regularizados. Santa Catarina, o maior produtor nacional na área da maricultura, produz 14 mil toneladas de ostras, mariscos e mexilhões graças a um Termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público, porque não tem licença ambiental, e, por isso, a atividade não tem financiamento.

Tal situação está em processo de regularização. Foram demarcados os 28 mil hectares de lâmina d'água e agora estamos encaminhando para o licenciamento ambiental e, este ano ainda, todos os lotes serão entregues.

É um título de cessão que dá direito a usar aquele espaço d'água por até 20 anos, com licença ambiental, outorga da Agência Nacional de Águas, autorização da Marinha, tudo regularizado. Tal fato vai não apenas regularizar quem está na produção, mas abrir novos espaços para produzir.

Formação profissional é uma política desenvolvida com o Ministério da Educação. Um grande gargalo era a pouca disponibilidade de cursos técnicos de nível médio. Havia apenas sete cursos em 2003, hoje já são 55 e, até o fim do ano, o Ministério da Educação vai implementar mais 10 cursos de nível médio. Outros cursos de nível superior também proliferaram: eram oito, hoje são 25.

Uma política de Estado é estratégica para o desenvolvimento do setor – e essa atividade tem que ser desenvolvida com sustentabilidade ambiental e sanitária. Procuro destacar tal fato porque os ambientalistas acreditam que quem fomenta a atividade depreda e não conserva. Ênfase ainda que não há futuro na pesca e na aquicultura se não houver sustentabilidade.

Nosso Ministério encara a questão de sustentabilidade com muita seriedade e, analisando o nosso passado, são feitos muitos questionamentos relativos a esse ponto. O Chile, por exemplo, descuidou-se na questão do ordenamento e teve um problema sanitário no ano passado que atingiu toda a cadeia produtiva do salmão, colocando em cheque a indústria. Aquele país prevê uma

redução de 50% da produção neste ano em decorrência de tal fato, relacionado a uma doença virótica. Essa questão de ordenar adequadamente, ter esses cuidados ambientais, é estratégica para que se possa desenvolver a atividade de forma sustentável.

Também é fundamental a questão da inclusão social. Inserir de fato os nossos pescadores no processo de desenvolvimento proporcionará a melhoria da renda. No que se refere ao modelo de desenvolvimento nas águas da União, a questão do acesso, é fundamental estabelecer critérios e regras para não permitir que daqui a 30 anos tenhamos verdadeiros latifúndios sob o controle de meia dúzia de produtores. Precisamos democratizar o acesso a essas águas.

Adotamos o seguinte critério nos reservatórios: primeiramente, faz-se uma cessão não onerosa, para famílias com até cinco salários mínimos por mês, para que elas consigam ter acesso. Posteriormente, faz-se uma cessão onerosa, por licitação, que são lotes maiores, empreendimentos com limites de até dez hectares, para permitir a democratização dessas áreas. Propusemos, na Consolidação das Leis Sociais, um projeto para o Congresso Nacional – um projeto de lei chamado de Aquicultura Social – que estabelece princípios e critérios que os futuros governantes têm que observar para impedir ou dificultar a alta concentração de lotes na mão de poucos.

No Chile, por exemplo, há 800 produtores de salmão que produzem 800 mil toneladas. Na Noruega, 200 produtores produzem 632 mil toneladas. Então, desenvolve-se uma cadeia produtiva, mas são poucos os que se beneficiam dela.

Estruturar a cadeia produtiva é importante para superar um dos problemas do setor, que é o fato de o preço médio do pescado ser superior ao das carnes. Isso acontece porque há um alto grau de intermediação na cadeia produtiva do pescado. Então, a cadeia produtiva tem que buscar a eficiência, desde a produção na propriedade ou na pesca até o consumidor final. Qualidade e eficiência produtiva.

Pode-se mencionar o exemplo do frango, embora possa haver modelos diferentes. Ele é produzido na propriedade, vai para a indústria e depois para o supermercado. Estruturar essa cadeia produtiva passa não só pelo investimento do setor privado, mas também pelo investimento do governo em pesquisa e beneficiamento.

O fortalecimento do mercado interno é um dos nossos grandes objetivos. Não me preocupa o fato de que a balança comercial seja negativa hoje. Até 2006 foi positiva, mas a valorização do câmbio promoveu o aumento da importação e dificultou a exportação, principalmente de camarão. Portanto, é negativa porque importamos 600 milhões de dólares e exportamos 300 milhões de dólares. Contudo, esse câmbio ajudou a estabilizar o



preço e até a reduzir o preço do pescado em alguns casos. Por exemplo, em 2008, quando o preço das carnes subiu muito, o do pescado diminuiu em 1%. Ou seja, de certa forma ajudou a regular um pouco o preço e aumentar o consumo interno.

Outro eixo é desenvolver as políticas a partir dos territórios. Como também há uma grande dispersão de pescadores, implantamos essas políticas em 50 territórios. Este ano serão implantados mais 20, em um total de 174 territórios em todo o País. Trata-se de pensar os investimentos e a estruturação da cadeia produtiva a partir de regiões nas quais há participação de todos os atores sociais: pescadores, piscicultores, maricultores, prefeituras, governos dos estados, universidades. Eles fazem diagnósticos e pensam políticas para estruturar a cadeia produtiva de cada região.

A organização do setor é outro elemento fundamental, ela deve ocorrer do ponto de vista econômico e político. O cooperativismo, o associativismo, as colônias, os sindicatos são formas de organização. No setor pesqueiro, existe ainda uma organização precária, que dificulta a ação. Quem vai garantir as políticas, em última instância, é um setor fortemente organizado. Essas são as principais diretrizes que orientam o nosso trabalho.

Na pesca artesanal, a meta é melhorar a renda e garantir cidadania; na pesca industrial, consolidar a frota nacional e aumentar a captura nas pescarias que têm poten-

cial; e na aquicultura, trata-se de aumentar a produção e garantir regularidade de oferta, o que vai permitir a redução do preço final do pescado e aumentar o consumo em nível nacional.

Em 2008, lançamos o Plano Mais Pesca e Aquicultura. Ele contém cinco programas: a gestão da política pesqueira e aquícola; o desenvolvimento sustentável da pesca; o desenvolvimento sustentável da aquicultura; a gestão estratégica da informação pesqueira e aquícola, que envolve toda a questão estatística; e a política de infraestrutura aquícola e pesqueira. Nessas cinco áreas, temos 27 ações.

Atualmente, trabalhamos com metas para o período de 2008 até 2011: aumentar de 3,5 milhões para 5 milhões os postos de trabalho no setor; aumentar o consumo de sete quilos de pescado por habitante/ano para nove quilos; aumentar a produção da pesca de 760 mil toneladas para 860 mil; aumentar a produção da aquicultura, de 270 mil para 570 mil toneladas; e aumentar a produção total de pescado, passando de 1 milhão e 50 mil para 1 milhão e 430 mil toneladas.

Agora estamos discutindo as metas para 2022. Há espaço para mais ousadia porque o aumento de consumo está sendo atingido. Atualmente, falta peixe em todo o Brasil, e isso está estimulando a produção. Nas conversas com os prefeitos do interior do País, temos percebido que todos estão entusiasmados com a piscicultura, e já é possível

constatar um expressivo incremento dos investimentos, como na Cooperativa Copacol, no Paraná. A cooperativa, criada em 1963, produzia frango e há dois anos inaugurou um frigorífico com capacidade para abater 50 toneladas por dia.

A empresa Mar & Terra, no Mato Grosso do Sul, é outro bom exemplo. No ano passado, dobrou o abate de pintado. Acaba de ser inaugurado também um frigorífico da Sadia em Sorriso, Mato Grosso, resultado de um investimento de R\$ 54 milhões para abate de 8 mil toneladas por ano. O projeto inclui a produção de alevinos, engorda e processamento. Eles têm 90 hectares de produção em uma área degradada, só com peixes amazônicos.

O frigorífico Native Peixes Amazônicos produz tambaqui e pintado e vai produzir pirarucu. Possui produção própria e trabalha também em um sistema de integração, como a avicultura no Sul do Brasil, que se consolidou por meio dessa estratégia.

Houve forte incremento dos investimentos. Ao se analisarem os pedidos de SIF (Serviço de Inspeção Federal), no Ministério da Agricultura, verifica-se que aproximadamente 35% dos pedidos na área de carnes referem-se à indústria de pescado. O setor está entrando em uma nova dinâmica que, somada às políticas de fomento, ajudará a deslançar a produção.

Com relação ao orçamento para 2010, é de R\$ 800 milhões, que estão sendo gastos na construção de terminais; em crédito; e no Profrota, destinado à construção de embarcações, assistência técnica, formação profissional, incentivo ao extrativismo e ao cooperativismo e à política de equiparação do preço do óleo diesel.

Existe subsídio ao óleo diesel para a pesca. Os estados isentam do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o governo federal subsidia em até 25% o preço do óleo diesel, o suficiente para equiparar o preço nacional ao preço internacional. É um programa criado ainda em 1998, mas que estava engatinhando. Investimos em torno de 25 milhões por ano em subsídios, mais o ICMS dos estados. Com isso, a redução do litro do óleo diesel para a pesca pode chegar a 43%.

Vale destacar ainda outras ações do Ministério, tais como: ações de incentivo ao consumo; programas de ordenamento e monitoramento da atividade; aquicultura em estabelecimentos rurais, que é a produção em tanques escavados; programas de sanidade aquícola; programa de adequação aos princípios internacionais e o código de conduta responsável para aquicultura sustentável.

Uma grande preocupação é investir na modernização da frota. Para tanto, existe o Profrota, que é um programa que tem recursos do fundo da Marinha Mercante. Financia com prazo de quinze anos, e mais três anos de carên-

cia – portanto, em 18 anos, com juros que variam de 7% a 12%, dependendo do tamanho da empresa – e ainda tem o objetivo de construir uma frota nacional e acabar com o problema de arrendamento das embarcações.

Foram aprovados 54 projetos, há oito embarcações inauguradas e os outros projetos estão tramitando no banco. Houve certa lentidão até esse programa deslançar, e o problema dele é o mesmo da frota da Marinha Mercante, que são as garantias. Com o fundo garantidor aprovado, conseguimos incluir também a frota pesqueira. Tendo essa questão regulamentada, teremos condições de dar um impulso maior ao programa.

Para a frota artesanal, foi criado, no ano passado, o programa Revitaliza, que está financiando a substituição dos barcos pequenos por meio do Pronaf Mais Alimentos. O Pronaf foi criado para comprar tratores agrícolas, de até R\$ 100 mil (valor que, este ano, será reajustado para R\$ 130 mil), com dez anos para pagar, três de carência e somente 2% de juros ao ano. É um programa especial para a frota pesqueira artesanal e também para financiar a aquicultura familiar. Então, incluímos a pesca e a aquicultura no Pronaf Mais Alimentos.

Do ponto de vista da infraestrutura, o que tínhamos era da época da Sudepe. Então, estamos investindo em vinte terminais pesqueiros públicos, alguns já inaugurados, como Laguna (Santa Catarina) e Santos (São Paulo). Estão em obra: Cabebelo, na Paraíba; Camocim, no

Ceará (prestes a ser inaugurado); Manaus no Estado do Amazonas; Natal, no Rio Grande do Norte; Santana, no Amapá; e, na Bahia, Salvador e Ilhéus. Além desses, Belém já foi licitado; e Rio de Janeiro, que é uma das principais entradas, enfrenta dificuldades para obter a licença ambiental, mas devemos publicar logo o edital de licitação. São terminais localizados em pontos estratégicos para o desenvolvimento do setor.

Estamos trabalhando do mesmo modo com os Centros Integrado da Pesca Artesanal (Cipar), com unidades que permitem desembarque, lavagem e classificação, em alguns deles até processamento. Isso inclui fábrica de gelo, câmara fria e estrutura para a comercialização, ou seja, oferece condições de estruturar a cadeia produtiva para a pesca artesanal.

O grande desafio é a gestão dessas unidades. Existem mais de 200 fábricas de gelo já implantadas ou sendo instaladas, bem como unidades de beneficiamento. Temos 25 entrepostos a serem inaugurados, que envolvem piscicultura e pesca. Estamos adequando algumas linhas de crédito do Plano Safra e estudando com o BNDES a adequação das linhas do banco para a pesca artesanal.

A assistência técnica ainda precisa melhorar, mas estamos avançando, com a preocupação da sustentabilidade. Foi criado o programa de rastreamento por satélite das embarcações pesqueiras, com 1.300 barcos nesse sis-

tema, em parceria com a Marinha. A unidade central está no Rio de Janeiro, na Marinha, e, em tempo real, sabemos onde essas embarcações estão pescando, e se estão cumprindo o que a licença determina.

Atualmente, é possível avaliar onde estão os estoques de peixes por meio do sistema de monitoramento por satélite – isso vale para barcos com mais de 15 metros, mas já estão sendo incluídos barcos de 10 a 15 metros. Passaremos a cobrir o custo dos aparelhos, são mais R\$ 3 milhões a investir para comprar os equipamentos e realizar também o monitoramento dos barcos que pescam lagosta. Todos os que acompanham esse setor sabem do dilema que é a fiscalização.

Estamos trabalhando para superar os desafios na fiscalização da pesca da lagosta. Existiam 5 mil barcos pescando, mas só 1.200 tinham licença. Em 2007, em cooperação com o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente, instituímos um conjunto de regras de reordenamento, proibimos a rede, agora só é permitido o manzuá. Foram recolhidos 12 milhões de metros de redes. No ano passado, nós compramos 28 lanchas rápidas e estamos fazendo parcerias agora com a Marinha, com as polícias ambientais e com o Ibama para fiscalizar. Precisamos de regras, participação do pescador, política de fomento e fiscalização.

O seguro-defeso, que é de um salário mínimo pago por mês durante o período em que a pesca é proibida, está implantado, mas, com isso, surgiu um novo problema:

há pessoas querendo atuar como pescadores só para ter seguro-defeso.

Na aquicultura, é preciso estruturar a cadeia produtiva, e estamos trabalhando para organizar a cessão de águas da União, em reservatórios, hidroelétricas e na costa marítima. É necessário estudar os reservatórios, definir as melhores áreas, com a Agência Nacional de Águas, e dimensionar a capacidade de suporte para que não se obtenha uma produção acima da capacidade. Esses estudos foram feitos na costa marítima também, em 13 estados, são os Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM). Esse processo passa pela identificação das melhores áreas, das áreas que não conflitam com outras atividades, como o turismo, entre outros fatores, para a posterior fase de gestão. Há também políticas, nesse caso, em regiões onde não há oferta de alevinos pela iniciativa privada. Financiamos a implantação de unidades de produção de alevinos.

O governo financia até 50% do custo da hora/máquina, na escavação de tanques para a criação de peixes. A prefeitura financia uma parte, o produtor outra. Pode-se ainda conseguir equipamentos por meio de emendas de bancada ou de emendas individuais. Estamos trabalhando com crédito, assistência técnica e subsídio à energia. Foi aprovada, há três anos, a MP do Bem, que garante subsídio de 70% do custo da energia elétrica para bombeamento e aeração nos horários das dez da noite às seis da manhã.



Além disso, estamos resolvendo o problema do licenciamento ambiental para apicultura. Não existia uma legislação para essa área e, no ano passado, depois de cinco anos no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), foi aprovada uma resolução exclusiva para aquicultura, que simplifica o licenciamento ambiental. Sem licença não há crédito, e mais de 90% dos empreendimentos aquícolas no Brasil ainda não têm licença, razão pela qual procura-se acelerar também a regularização ambiental.

O governo está avançando da mesma forma na estruturação de sistemas estatísticos. Temos o desafio de estabelecer uma base de dados de produção, consumo, renda e emprego. As próprias instituições oficiais, como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), não dispõem desses dados.

Consolidar o sistema nacional de pesquisa a partir da Embrapa também é um dos desafios estratégicos. Consolidar um sistema eficiente de gestão pesqueira, ou seja, ordenamento, fomento e fiscalização. Consolidar o mercado interno de consumo é importantíssimo porque estimula a produção. Tal demanda inclui uma revisão do sistema tributário, para reduzir custos da importação de motores, já que o imposto atualmente é de 65%.

Pretende-se consolidar uma política de crédito e trabalhar também na linha de certificação dos produtos.

Trata-se de tendência mundial e, para que o Brasil possa ter acesso ao mercado internacional, terá que avançar na certificação de sua produção. A União Europeia, por exemplo, está estabelecendo regras para importar lagosta, o que supõe a adoção de normas que vão desde o barco adequado para a captura até a conservação do pescado, do processamento até a embalagem e a exportação. Tudo isso avança para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental e social do setor pesqueiro.

# PERGUNTAS & RESPOSTAS

HELDER FERREIRA (IPEA)

Como se dá a proteção social dos pescadores artesanais? Eles estão incluídos nessa lei do microempreendedor individual? Como fica a questão das famílias com a morte do pescador ou em caso de doença? Eles estão cadastrados na Previdência?

RESPOSTA:

*Primeiramente, colocamos à disposição da Previdência todo o cadastro dos nossos pescadores; então, eles já fazem parte da política da Previdência. É necessário incluí-los nesse sistema, pois se garante agilidade na concessão dos benefícios, podendo-se, por exemplo, concluir o processo de solicitação da aposentadoria em meia hora.*

*Outro aspecto importante é que conseguimos, na aprovação da nova Lei da Pesca, incluir um artigo que passa a considerar a mulher do pescador como trabalhadora da pesca. Ela não é pescadora, a não ser que realmente atue como tal, mas ela é trabalhadora em um regime de economia familiar. Então, da mesma forma que há o agricultor e a trabalhadora rural, te-*

*mos o pescador e a trabalhadora na área da pesca. Tal fato, do ponto de vista de benefícios sociais, passou a dar todos os direitos que a trabalhadora rural também tem. Acredito que é uma vitória importante, mas claro que a luta das mulheres agora é para conseguir o seguro-defeso, porque elas viraram trabalhadoras da pesca e agora acham também tem direito ao seguro-defeso, então começa outra luta.*

*Esse também foi um avanço significativo porque incluiu os benefícios como auxílio-maternidade e aqueles relativos à aposentadoria. Há uma questão recorrente sobre aposentadoria especial, porque eles tinham esse direito até a reforma da Previdência de 1998. Uma das lutas dos pescadores é essa, porque realmente é uma atividade insalubre (ocorrência de câncer de pele e problemas de visão). Existe, ainda, um programa de fornecimento de óculos — caso contrário, não se consegue avançar na alfabetização desses pescadores.*

#### ALBERTO LOURENÇO (SAE)

Alguns anos atrás, eu fui coordenador do PPG-7, o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, e tínhamos um subprograma do Ibama, o ProVárzea, então coordenado por Mauro Ruffino. Nós desenvolvemos uma experiência, que eu considero de importância mundial, que foram os acordos de pesca. Segundo tais acordos, os pescadores se comprometiam a limitar a captura, o que permitiu aumento de 30%

na captura sustentável, além de melhoria na qualidade geral de todo o processo.

Na Amazônia, a questão da pesca e da pesca por captura ainda é cheia de conflitos, principalmente os conflitos entre comunidades pescadoras artesanais e barcos veleiros. A iniciativa dos acordos de pesca tem respaldo nas ações do governo? O governo pretende estendê-la a regiões com características similares? Pergunto ainda: está sendo tratado o conflito na região entre pescadores artesanais e veleiros?

RESPOSTA:

*Mauro Ruffino é atualmente diretor de estatística e ordenamento do Ministério da Pesca. Ele está nos ajudando com sua experiência, trabalhou dez anos no Provárzea, que é uma experiência fantástica na Região Norte, e nós adotamos essa visão de gestão compartilhada, que pressupõe a participação dos pescadores no ordenamento e na definição das regras. Isso é fundamental porque o pescador precisa assumir a responsabilidade de desenvolvê-la de forma sustentável. Não é suficiente apenas estabelecer regras e contar com a força do Estado na fiscalização, precisamos da participação do trabalhador.*

*O pescador artesanal é o principal interessado na perpetuação das espécies porque ele depende disso para viver. A ação do governo é fundamental para fazer cumprir as regras. Hoje há tensões até no Pantanal, entre pesca esportiva e pesca artesanal. O governo estadual acredita que o turismo baseado na pesca esportiva seja a redenção do estado e proíbe a pesca arte-*

sanal, deixando três ou quatro mil pescadores sem ter o que comer. Porém, eles continuarão pescando, independentemente da vontade do governo. Por isso, é melhor ter alguns critérios que garantam a renda mínima para os pescadores e que os torne responsáveis pela preservação. Esse debate tem sido estimulado no Pantanal, em Goiás, em Rondônia e no Tocantins. Estamos trabalhando com acordo de pesca, incluindo a área marítima da região de Angra dos Reis. Envolvermos toda aquela região e estamos promovendo essa discussão. E no Norte, o Amazonas é o estado que mais evoluiu nesse aspecto, nos lagos, como na comunidade Mamirauá, que produz pirarucu. Temos que definir claramente as regras e fiscalizar. E os sistemas de monitoramento por satélite ajudam nessa missão, pois a licença estabelece em quais regiões não se pode pescar, e quando o satélite identifica alguma ação ilegal, aciona a fiscalização.

FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA DE VASCONCELLOS (SAE)

Como é possível incorporar pessoal qualificado para o aumento da frota pesqueira oceânica?

RESPOSTA:

Enfrentamos problemas até com a construção de novas embarcações, falta mão-de-obra para isso. A principal fonte de mão-de-obra são os próprios pescadores, os quais vêm sendo capacitados. A Marinha tem um programa de capacitação que está carente de recursos, o Ministério da Pesca, em vários

*momentos, não conseguiu também repassar os recursos, mas o arrendamento de embarcações também formou mão-de-obra e muitos mestres que estavam nessas embarcações hoje estão em embarcações brasileiras. Há uma empresa no Rio Grande do Norte que tem cinco barcos e a principal mão-de-obra veio de embarcações arrendadas, e são excelentes mestres de pesca. Além disso, estamos trabalhando para criar algumas escolas de pesca, na verdade reativar algumas que foram desativadas no passado e, em parceria com o Ministério da Educação, atuar também em regiões como Santa Catarina e Pará, que têm as principais frotas. No caso de Itajaí, vai ser inaugurado este ano um Centro Tecnológico (Cetec), que é uma escola de ensino médio e profissionalizante, especificamente voltada para capacitação de mão-de-obra na área da pesca. Contudo, de fato, a formação de mão-de-obra ainda é um gargalo.*

**RICARDO GARCIA FRANÇA (SAE)**

A pesca internacional é uma atividade extremamente impactante, várias populações de diversas espécies estão sob forte pressão, em especial o atum, que foi mencionado pelo senhor e que apresenta populações em declínio. Gostaria de saber um pouco mais sobre as ações específicas que o Ministério está conseguindo fazer para garantir que essa expansão da pesca propriamente dita se dê em bases sustentáveis, mas, em especial, eu gostaria de saber se existe alguma reflexão do Ministério com relação à presença de embarcações estrangeiras, se isso

tem representado alguma ameaça aos estoques pesqueiros do Brasil e que tipo de atitude o Brasil tem conseguido adotar para evitar o problema? Porque a frota nacional é monitorada com rastreabilidade, como foi mencionado. Porém, a frota estrangeira que vem para nossas águas é mais difícil de enfrentar, então eu gostaria de saber um pouco mais sobre as reflexões do Ministério a respeito disso.

RESPOSTA:

*Há algumas ações que mostram que é possível desenvolver a pesca de maneira sustentável e recuperar estoque. Vejamos o caso da sardinha na Região Sudeste. Na década de 1970, o Brasil capturou 220 mil toneladas de sardinha. Por falta de um ordenamento adequado e fiscalização, em 2000 essa captura caiu para 17 mil toneladas. Em 2003, eram 20 mil toneladas de captura. O que se fez junto com o Meio Ambiente e o Ibama foi estabelecer duas políticas: a primeira, aumentar o defeso de quatro meses para seis meses, que é o período de reprodução das espécies, então virou seis meses de proibição; e a segunda foi aumentar a fiscalização para fazer cumprir essas disposições. A partir disso, a produção aumentou, foi para 30 mil, 48 mil, 70 mil e, no ano passado, capturamos 100 mil toneladas de sardinha. Foi um caso interessante porque tivemos reuniões no Rio de Janeiro e em Itajaí para discutir como a indústria poderia ampliar a sua capacidade de processamento e estocagem.*

*Então, se há regras bem definidas, a partir de estudos — e aqui há informação científica sobre o comportamento dos estoques e sobre a sua reprodução —, é possível criar uma dinâmica que favo-*



*reça a sua recuperação. Isso serve também para o caso da lagosta no Nordeste e do camarão sete barbas na Região Sudeste/Sul.*

*Com relação à frota estrangeira, é uma questão de fiscalização, na verdade. A Marinha tem feito esse esforço para fiscalizar e, de vez em quando, apreender embarcações estrangeiras, como fez no Norte, no ano passado, com embarcações do Panamá e da Venezuela. Mas a costa brasileira é muito extensa e por isso estamos ampliando também a frota da Marinha para intensificar a fiscalização. É necessário, do mesmo modo, estruturar a frota nacional e ocupar a zona econômica exclusiva.*

*As diferenças que tínhamos anteriormente com o Japão e recentemente com a Espanha foram causadas pelo desejo desses países de ter um porto pesqueiro internacional no Brasil. Um porto para as embarcações estrangeiras que pescam no Atlântico Sul poderem atracar e desembarcar o pescado no Brasil. O governo brasileiro tem e teve uma posição contrária, e recentemente houve novas pressões, até mesmo sobre o presidente Lula. Redigimos, então, um documento com a participação da Marinha, dos Ministérios da Pesca, do Meio Ambiente e das Relações Exteriores ratificando essa posição contrária.*

*Em primeiro lugar porque eles ganhariam em competitividade, ao pescarem no Atlântico Sul e desembarcarem em dois ou três dias no Brasil, sem terem que esperar de 12 a 15 dias para desembarcar na Europa. As vantagens comparativas que nós temos de pescar próximo à costa aqui no Atlântico Sul estaríamos perdendo, e eles teriam mais tempo para pescar e poderiam realizar um esforço de pesca maior. Em segundo lugar, não teríamos*

*mecanismos de controle dessas embarcações que atravessam a nossa zona econômica exclusiva e vêm desembarcar aqui. Para o governo brasileiro, seria muito difícil fiscalizar a pesca na zona econômica exclusiva.*

*Por isso, o Brasil tem sido contrário à instalação de portos internacionais. Visitei o do Uruguai, e as autoridades ligadas ao setor naquele país hoje têm posição também contrária, questionam muito, porque virou apenas um entreposto de desembarque sem trazer mais nada de benefício para o país, de renda ou emprego. Eles disseram que fizeram essa opção porque não apostavam no empresariado para desenvolver a pesca. Nós, ao contrário, estamos apostando. Então, se estamos apostando, temos que ter uma política que possa minimamente proteger a nossa indústria pesqueira para que ela se desenvolva e se consolide.*

*É importante destacar, aproveitando que o Brasil tem tido uma participação muito ativa na Organização Mundial do Comércio (OMC), que, pela primeira vez, na Rodada de Doha está se discutindo a regulamentação dos subsídios à pesca. Diferentemente dos demais produtos agrícolas e industriais, os subsídios não só distorcem o comércio, mas distorcem também os estoques pesqueiros. Porque, se outro país subsidia fortemente a construção de embarcações e também o óleo diesel, vai permitir um esforço de pesca maior que diminui os estoques.*

*Os subsídios fomentam também uma concorrência desleal pelos estoques, que são comuns nos nossos oceanos. A proposta brasileira a esse respeito é a seguinte: defender um tratamento especial e diferenciado nos subsídios da pesca em relação aos países em*

*desenvolvimento, o que coíbe a maioria dos subsídios dos países desenvolvidos, como os subsídios na construção de embarcações, o subsídio de óleo diesel, créditos e assim por diante; e permitir subsídios para os países em desenvolvimento desenvolverem a indústria pesqueira nos limites da sustentabilidade ambiental.*

*Essa combinação entre permitir a pesca e ao mesmo tempo estabelecer um limite, que é o da sustentabilidade, é a base da proposta brasileira, que só conta com a oposição do Japão e da Espanha. A China tinha questionamentos e agora passou a apoiar a posição brasileira. A ideia é garantir o direito de subsidiar nesses limites da sustentabilidade, para criar condições de concorrência e desenvolver a indústria pesqueira no Brasil e nos países em desenvolvimento.*

MARCOS PEIXOTO (SENADO FEDERAL)

Recentemente, o programa de TV Globo Rural abordou a pesca de peixes ornamentais na Amazônia e em outros polos, como Minas Gerais. São peixes tanto de água doce como de água salgada. Os ornamentais de água salgada têm mercado, embora no Brasil, talvez, a sua pesca seja marginal comparativamente à pesca artesanal e industrial para fins de alimentação. No mercado internacional, certamente existe um mercado que pode ser atraente para o Brasil. Parece que existe um grande potencial tanto de pesca quanto de piscicultura dessas espécies ornamentais. Eu gostaria de saber se o Minis-

tério tem se debruçado também sobre esse assunto, se tem dados e números sobre o potencial desse mercado, tanto no Brasil como no exterior.

RESPOSTA:

*Foi lançado um plano de desenvolvimento da pesca e aquicultura para a Amazônia no passado — especificamente para a Amazônia, porque a consideramos uma região em que a piscicultura de peixes ornamentais tem papel estratégico — até porque temos a maior reserva de água doce do mundo e espécies de primeira qualidade e de rápido crescimento. É uma atividade com a qual a população da região tem familiaridade. É mais rentável do que produzir gado, muito mais rentável. Só para se ter uma ideia, em um hectare é possível ter uma renda de R\$ 400,00 a R\$ 1.000,00. O tambaqui, em tanques escavados, rende em torno de R\$ 8.000,00 por ano e, em tanques redes, varia entre R\$ 70.000,00 e R\$100.000,00 por ano de renda. Portanto, é consideravelmente mais rentável.*

*Além disso, a marca Amazônia tem um apelo de mercado muito forte. Quando se fala lá fora que é peixe da Amazônia, por isso que a Native Peixes Amazônicos tem apelo, é uma marca, o produto é valorizado. A nossa preocupação é produzir peixes sem destruir a floresta. Assim, ao invés de estimular a produção bovina na região, vamos estimular a produção de peixes. Por isso, lançamos um programa específico para estimular a piscicultura, que, no futuro, poderá ser uma das principais atividades econômicas na Amazônia.*

*A questão dos peixes ornamentais é um filão que temos que explorar. Hoje é basicamente captura. No Brasil, mais de 95% dos peixes ornamentais provêm de capturas. No mundo, mais de 90% é aquicultura, é cultivo. Nos principais polos, como Barcelos (AM), quem pesca é quem menos ganha. O pessoal está nas mãos das empresas exportadoras, que vendem no exterior por quarenta vezes o preço pago ao pescador. Estima-se que a atividade gere em torno de dez mil empregos, dez milhões de dólares de movimento econômico, mas é uma área em que há grande potencial não só na captura, mas principalmente no cultivo.*

*Foi criado um programa de apoio a essa atividade em Minas Gerais, com um polo de cultivo; e no Ceará a universidade está fazendo pesquisas de algumas espécies marinhas ornamentais. É uma atividade muito promissora. Deve-se atentar para o fato de que não é só pesca e captura, existem a pesca ornamental e a pesca esportiva, devidamente regulamentadas. Por exemplo, na região amazônica a pesca esportiva é um fator importante de atração de turismo e de empregos.*

#### ARMANDO VIEIRA (SAE)

O senhor mencionou a dificuldade de gestão de unidades pesqueiras no Brasil. Quais são essas dificuldades e o que tem sido feito para superá-las? Acredito que isso esteja ligado, em parte, à questão do associativismo e do cooperativismo, e uma das ações é o fortalecimento

dessas duas iniciativas. Então, quais são essas políticas para fortalecer e desenvolver o associativismo no Brasil? Pensando muito a longo prazo (não sei se existe uma preocupação com relação à preservação das espécies de peixes), existe uma preocupação com a elaboração de um banco genético dessas espécies?

RESPOSTA:

*Em primeiro lugar, é bom observar que esse é um setor em que o nível de analfabetismo é muito elevado. Em 2004, fizemos um levantamento a partir da concessão do seguro-defeso, que constatou que 79% dos pescadores eram analfabetos ou analfabetos funcionais, que só sabiam assinar o nome. Nós criamos o programa Pescando Letras, com o Ministério da Educação, alfabetizando em torno de 120 mil pescadores. Hoje existe um projeto piloto com Cuba, numa metodologia que eles chamam de "Sim, eu posso". Em alguns lugares, como na Bolívia, eles usaram esse método e erradicaram o analfabetismo.*

*É uma metodologia diferente, com um aprendizado mais rápido. Estão fazendo isso em cinco estados, nas cinco regiões do Brasil, e os resultados são muito positivos. Portanto, uma dificuldade é o analfabetismo, outra é baixo grau de organização. O pescador aprendeu a ir pescar, mas não a se organizar. Fica um dia, dois dias, ou até quinze dias no mar, e, quando volta para casa, não quer saber de nada.*

*Estamos criando cooperativas e associações, temos um programa de incubadoras de cooperativas e projetos específicos para dar assistência técnica e acompanhamento, em parcerias com o*

*Sebrae e com os órgãos estaduais de assistência técnica. É fundamental haver acompanhamento por certo período, bem como um suporte de gestão. Estamos estruturando um programa específico para isso, porque construímos muitas estruturas, e o desafio agora é gestão.*

*Há uma universidade que está fazendo todo o trabalho de identificação genética das principais espécies a partir do DNA. Então, estamos avançando nisso. As empresas de pesquisa têm-se preocupado em ter banco genético das nossas espécies, até porque muitas das nossas espécies estão sendo levadas, principalmente as de potencial, como é o caso do pirarucu, para outros países, como a China. Na questão de peixes ornamentais, eles estão na frente, nós temos que avançar.*

#### MARCELLO BARRA (SAE)

Existe alguma avaliação dos impactos de mudança climática sobre a pesca?

RESPOSTA:

*Ainda não há muita informação acumulada nessa área, mas há estudos em andamento. Estive na Noruega, para assinar parcerias para estudos e pesquisas, e questionei a respeito. Naquele país, estão começando a estudar a questão, e a Noruega é um dos países mais fortes na área da pesca e da aquicultura. A opinião dos que estão trabalhando com isso é a de que haverá impacto, especialmente e o aumento da temperatura das águas, interferi-*

*rá no processo de reprodução das espécies. Portanto, trata-se de uma área em que é preciso aprofundar os estudos.*

**JOSÉ ARAUJO (CONSULTOR - POLÍTICA AGRÍCOLA)**

Gostaria de abordar a questão da assistência técnica e extensão rural. Como, institucionalmente, o Ministério está pensando isso? Considera-se a hipótese de se criar um programa? A estratégia prevê o envolvimento do setor privado, cooperativas, sindicatos, ou há a ideia de alguma instituição de capacitação, especialização? Essa atividade exige uma capacitação específica para a atuação em extensão rural na área da pesca artesanal.

**RESPOSTA:**

*Você tem razão. Primeiramente, entre as empresas de assistência técnica dos estados, as Ematers, são raras as que têm interesse em dar assistência técnica para pescador. É aquela visão de que o pescador tem o barquinho, vai pescar e vai sobrevivendo. Não tem uma visão de organização do setor, de estruturar cadeia produtiva na região. A maioria delas é assim. Com a desestruturação dos serviços nas décadas de 1980 e 1990, após a extinção da Embrater, um dos setores que mais tiveram prejuízo foi esse. É difícil uma empresa que tenha técnicos para dar assistência nessa área, engenheiros de pesca, técnicos agrícolas. São raras as empresas.*



*Então, nunca tivemos orçamento para essa área. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é que tem essa responsabilidade e, em parceria, fizemos alguns editais a partir de 2005 e começamos a estruturar essa área. Este ano, com o MDA, temos um orçamento de R\$ 20 milhões. Estamos fazendo um edital, no momento, com foco principalmente nos territórios já estruturados e nos polos de piscicultura principais, como o Oeste de Santa Catarina, o Noroeste do Rio Grande do Sul e o Sudoeste do Paraná, que têm polos de piscicultura, muitos agricultores familiares que são piscicultores; ou onde existem reservatórios que estamos entregando na forma de cessão, como Castanhão, no Ceará.*

*Esse edital tem essa finalidade, e o compromisso do ministro Guilherme Cassel é de que, assim que se regulamentar a nova lei de assistência técnica, que foi aprovada no ano passado no Congresso, faremos um edital específico para assistência técnica em aquicultura e pesca. De fato, porém, a questão é um gargalo. E a gestão também tem relação com esse assunto. Aliás, um dos focos desse edital nos territórios é o seguinte: se existe, em determinada região, uma fábrica de gelo, o objetivo é garantir, via edital, que uma instituição dê assistência técnica àquela fábrica de gelo, àquela unidade de beneficiamento e, a partir dela, fortaleça a estruturação da cadeia produtiva na região, mas garantindo que ela tenha resultado positivo e impulse aquela unidade. Estamos focando a assistência técnica para a extensão a partir das estruturas que temos montado nas diferentes regiões do Brasil.*

Ministro, o senhor concorda que, em razão da necessidade de pesquisa, os recursos alocados para a Embrapa Aquicultura são muito escassos? O Brasil é o País mais diverso em peixes no mundo, e nós temos um grande território para ser pesquisado.

RESPOSTA:

*Realmente, a Embrapa está começando a se estruturar. A Embrapa tem o PAC Embrapa, em que nós temos um recurso garantido. Ela está criando três unidades: em Tocantins, Mato Grosso e Maranhão. Na Amazônia, ela já tem unidades. Atualmente, discutimos com a Embrapa a necessidade de desenvolver pesquisas na área da pesca e da aquicultura, porque cada região tem uma particularidade.*

*No Norte, você tem que fazer pesquisa com o pirarucu, ou tambaqui, pirapitinga, matrinxã. No Centro-Oeste é o pintado, o tambaqui também. Existe a Embrapa Pantanal, que já faz pesquisa nessa área. No Nordeste é o camarão, a tilápia — e o maior produtor do País já é o Nordeste. Foi inaugurada recentemente uma unidade de pesquisa em Alagoas, com a Codevasf e a Embrapa; e outra na Parnaíba, também com a Codevasf, a Embrapa e a Universidade — são quatro, cinco milhões de investimento em cada uma das unidades.*

*Vamos inaugurar o Cebiáqua (Centro de Biotecnologias Aquáticas) no Ceará, que é mais voltado para espécies marinhas. To-*

*dos vão estar integrados na Embrapa e vamos inaugurar também um barco de pesquisa — uma embarcação japonesa que foi apreendida, nós o reestruturamos e adequamos, é um barco de 34 metros, vai ser o nosso maior barco de pesquisa. Agora estamos discutindo o financiamento para se colocarem os pesquisadores, as universidades para fazer monitoramento de estoques ao longo da nossa costa.*

*Em parceria com a Embrapa Pesca e Aquicultura, a ser instalada em Tocantins, estamos lançando a pedra fundamental do centro, assinando a criação do Conselho Gestor, porque queremos que o Ministério da Pesca participe das decisões sobre pesquisa. Vamos ainda assinar um termo de criação do Sistema Nacional de Pesquisa de Pesca e Aquicultura. Ou seja, todas as instituições que fazem pesquisa vão estar articuladas com uma política nacional coordenada pela Embrapa.*

*O resto é desafio, é mais investimento, e queremos garantir, este ano, que haja mais recursos financeiros no futuro. Temos também uma participação relevante do Ministério de Ciência e Tecnologia, porque agora temos assento nos conselhos dos fundos que têm recursos para essa área.*

CAROLINA PEREIRA TOKARSKI (SAE)

Eu gostaria de saber como as trabalhadoras da pesca se inserem na cadeia produtiva. Como são classificadas essas mulheres?

RESPOSTA:

*Conseguimos garantir que elas sejam incluídas como trabalhadoras na Lei da Pesca. Foi um grande passo. Então todos os direitos sociais estão garantidos a partir dessa definição, e agora elas têm benefícios como a Previdência e seguro-defeso. Mas, o seguro-defeso não é política social, é uma política de ordenamento. Então, o pescador recebe um salário mínimo por mês durante o período em que a pesca é proibida, para que se garanta a reprodução da espécie protegida.*



Esta obra foi impressa pela Imprensa Nacional  
SIG, Quadra 6, Lote 800  
70610-460, Brasília - DF, em junho de 2010  
Tiragem: 1.500 exemplares



